

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, fevereiro de 2013

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2012	31/12/2011	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Ativo Circulante	920.374	693.565	Passivo Circulante	69.171	89.115
Disponibilidades	48.12.c	94	Outras Obrigações	69.171	89.115
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	854.381	635.408	Fiscais e Previdenciárias	68.396	88.015
Aplicações no Mercado Aberto	48.12.c	133.309	Diversas	775	1.100
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.c	721.072			
Titulos e Valores Mobiliários	5	37.337	Passivo Exigível a Longo Prazo	27.482	23.568
Carteira Própria		36.956	Outras Obrigações	27.482	23.568
Vinculados à Prestação de Garantias		381	Fiscais e Previdenciárias	9	27.482
Relações Interfinanceiras	10	13			
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		10			
Outros Créditos	28.552	54.140	Patrimônio Líquido	11	3.168.548
Créditos Tributários	6	24.180	Capital Social:		
Diversos	7	31.389	De Domiciliados no País		
Ativo Realizável a Longo Prazo	149.993	1.686.365	Reservas de Lucros	2.787.689	2.787.689
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.513.695	1.513.695	Ajustes de Avaliação Patrimonial	375.124	1.621.102
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.c	-		5.735	127
Titulos e Valores Mobiliários	5	75.362			
Carteira Própria		-			
Vinculados à Prestação de Garantias		-			
Outros Créditos	149.993	97.308			
Créditos Tributários	6	5.069			
Diversos	7	144.924			
Permanente	2.194.834	2.141.671			
Investimentos	2.194.834	2.141.671			
Participações em Coligadas:					
No País	8	2.194.833			
Outros Investimentos		1			
Total do Ativo	3.265.201	4.521.601	Total do Passivo	3.265.201	4.521.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas		
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	2.787.689	86.541	1.380.192	269	-	-	4.254.691
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(142)	-	-	(142)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	378.659	378.659
Destinações:							
Reserva Legal	-	18.933	-	-	-	(18.933)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(224.290)	(224.290)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	67.718	-	-	(67.718)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	67.718	-	-	(67.718)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	2.787.689	105.474	1.515.628	127	-	-	4.408.918
Dividendos Intermediários	11.b	-	(1.400.000)	-	-	-	(1.400.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(100)	5.708	-	5.608
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	284.022	284.022
Destinações:							
Reserva Legal	-	14.200	-	-	-	(14.200)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(130.000)	(130.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	69.911	-	-	(69.911)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	69.911	-	-	(69.911)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	2.787.689	119.674	255.450	27	5.708	-	3.168.548
Saldos em 30 de Junho de 2012	2.787.689	112.058	205.694	70	-	-	3.105.511
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(43)	5.708	-	5.665
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	152.372	152.372
Destinações:							
Reserva Legal	-	7.616	-	-	-	(7.616)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(95.000)	(95.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	24.878	-	-	(24.878)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	24.878	-	-	(24.878)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	2.787.689	119.674	255.450	27	5.708	-	3.168.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Bandepe, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo Bacen.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
As demonstrações financeiras de período findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelos administradores na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui o Bandepe, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/vi.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.
b) Auração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado do dia de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos das disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelo seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda;
III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade do Bandepe de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
1.1) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas, para participações em coligadas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
g) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é o reconhecimento ou constituição de uma obrigação, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.
Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Bandepe em reunião no dia 14 de fevereiro de 2013.
As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

j) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas à seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências,
10. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.g).
b) Movimentação das Provisões para Riscos Fiscais e Obrigações Legais

valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
São representados por disponibilidades de R\$94 (2011 - R\$48) e aplicações no mercado aberto de R\$133.309 (2011 - R\$85.811).

5. Títulos e Valores Mobiliários
Está representado por títulos disponíveis para venda, composto por títulos públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com valor de custo de R\$34.424 (2011 - R\$79.090), ajuste a mercado - patrimônio líquido de R\$49 (2011 - R\$228) e Cotas de Fundos de Investimento R\$2.864 totalizando saldo contábil de R\$37.337 (2011 - R\$79.318), R\$4.305 com vencimento de até 3 meses, R\$30.168 com vencimento de 3 a 12 meses e Cotas sem vencimentos.
O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

6. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	21.487	5.422	-	26.909
Outras Provisões Temporárias	2.311	-	(1.359)	952
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	23.798	5.422	(1.359)	27.861
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	2.521	-	(1.133)	1.388
Total dos Créditos Tributários Circulantes	26.319	5.422	(2.492)	29.249
Longo Prazo	3.568	-	-	3.568
Saldo em 31/12/2010				
Constituição				
Realização				
Saldo em 31/12/2011				
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	13.660	7.827	-	21.487
Outras Provisões Temporárias	2.163	148	-	2.311
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	15.823	7.975	-	23.798
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	18.307	-	(15.786)	2.521
Total dos Créditos Tributários Circulante	34.130	7.975	(15.786)	26.319
Longo Prazo	30.609	-	-	22.751
Longo Prazo	3.521	-	-	3.568

O Bandepe não possui créditos tributários não registrados.
b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças Temporárias		
IRPJ		
CSLL		
Prejuízos Fiscais - Base Negativa		
Total		
2013	16.244	7.788
2014	-	214
2015	999	814
2016 a 2017	1.108	665
2018 a 2020	11	6
2021 a 2022	7	5
Total	18.369	9.492
1.388		
29.249		

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários
O valor presente total dos créditos tributários é de R\$27.740 (2011 - R\$24.650), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.
7. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2012	31/12/2011
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	130.674	92.789
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	18.362	31.372
Outros	260	968
Total	149.296	125.129
Circulante	4.372	31.369
Longo Prazo	144.924	93.740

8. Participações em Coligadas
Refer-se a investimentos no Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) correspondente a 21,42% de participação no capital social representadas por 2.365.566 mil ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2012, a Santander Leasing possuía R\$10.247.510 (2011 - R\$9.999.296) de patrimônio líquido e R\$1.063.864 (2011 - R\$969.828) de lucro líquido, representando um investimento no valor de R\$2.189.125 (2011 - R\$2.141.670), ajuste a mercado - patrimônio líquido de R\$5.708 e resultado de equivalência patrimonial de R\$227.861 (2011 - R\$207.719).

9. Fiscais e Previdenciárias
As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 10.b)	95.137	83.668
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	718	22.383
Provisão para Tributos Diferidos ⁽¹⁾	22	101
Impostos e Contribuições a Pagar	1	5.431
Total	95.878	111.583
Circulante	68.396	88.015
Longo Prazo	27.482	23.568

⁽¹⁾ Refere-se a ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda, com realização de R\$79 (2011 - R\$115).

10. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.g).
b) Movimentação das Provisões para Riscos Fiscais e Obrigações Legais

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	83.668	58.393
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	13.907	25.



Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

DIRETORIA

Diretor Presidente
Carlos Alberto López Galán

Diretor Vice-Presidente
Ronaldo Yassuyuki Morimoto

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia
José Roberto Machado Filho

Luís Felix Cardamone Neto
Luiz Felipe Taunay Ferreira

Marco Antônio Martins de Araújo Filho
Oscar Rodriguez Herrero

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira
CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Bandepe S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bandepe S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.